Relator: Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Senhor Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, c/c art. 74, inciso VIII da Lei Complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$60.000,00 (sessenta mil reais), e aplicar ao Sr. MANOEL SOARES DA COSTA, Prefeito à época, CPF nº. 242.783.941-87, a multa de R\$200,00 (duzentos reais), pela instauração da tomada de contas a ser recolhida na forma como dispõe a Lei Estadual nº. 7086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº. 17.492/2008 no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa imputada em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 48.212

Processo nº. 2006/50760-2

Assunto: Tomada de Contas referente ao convênio nº. 013/2005, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TIMBOTEUA e a SESP.

Responsável: Sr. ANTÔNIO NAZARÉ ELIAS CORRÊA – Prefeito.

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, c/c o art. 74, inciso VIII da Lei Complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), e aplicar ao Sr. ANTÔNIO NAZARÉ ELIAS CORRÊA, prefeito, CPF nº. 222.283.652-20, a multa de R\$ 300,00 (trezentos reais), pela instauração da tomada de contas, a ser recolhida como dispõe na Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº 17.492/2008-TCE, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado. Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa imputada, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 48.213

Processo nº. 2006/53395-2

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº.095/2005 e Termo Aditivo, firmados entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO PIRIÁ e a SEPOF.

Responsável: Sr. ALBENOR BEZERRA PONTES - Prefeito

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso II, c/c o art. 74, inciso II, da Lei Complementar nº. 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares com ressalva as contas, no valor de R\$315.000,00 (trezentos e quinze mil reais), e aplicar ao Sr. ALBENOR BEZERRA PONTES, Prefeito, CPF nº. 017.010.612-87, as multas de R\$300,00 (trezentos reais), pela infração à norma legal, e R\$300,00 (trezentos reais), pela instauração da tomada de contas, a serem recolhidas, como dispõe a Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº 17.492/2008-TCE, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa imputada, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 48.214

Processo nº. 2007/51471-6

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 177/2006, firmados entre a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA MARIA e a ASIPAG.

Responsável: Sr. JULIO PINHEIRO DO CARMO – Presidente

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso III, alínea a c/c o art. 74, incisos II e VIII da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar irregulares as contas no valor de R\$ 14.919,70 (quatorze mil, novecentos e dezenove reais e setenta centavos), sem devolução de valores, e aplicar ao Sr. JULIO PINHEIRO DO CARMO – Presidente, (C.P.F. nº 207.073.632-68), as multas no valor de R\$ 200,00 (duzentos

reais), pela infração à norma legal e R\$ 200,00 (duzentos reais) pela instauração da Tomada de Contas, a serem recolhidas na forma do disposto na Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº. 17.492/2008/TCE, no prazo de (30) trinta dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa imputada, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art.71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 48.215

Processo nº. 2007/51851-3

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº 041/2006 firmado entre a ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA MATA GERAL e a SAGRI.

Responsável: Sr. WILSON RODRIGUES DE SOUZA – Presidente

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Senhor Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, c/c art. 74, inciso VIII da Lei complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais), e aplicar ao Sr. WILSON RODRIGUES DE SOUZA, Presidente, CPF nº. 913.818.358-72, a multa de R\$300,00 (trezentos reais) pela instauração da tomada de contas a ser recolhida na forma como dispõe a Lei Estadual nº. 7086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº. 17.492/2008 que deverá ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa imputada, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº 48.216

Processos nº. 2007/53080-3

Assunto: Tomada de Contas referente ao Convênio nº. 070/2006 firmado entre a Prefeitura Municipal de TAILÂNDIA e a SEPOF

Responsável: Sr. PAULO LIBERTE JASPER, Prefeito à época.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso III, Alíneas "a", c/c o art 74, incisos II e VIII, da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar irregulares as contas no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), sem devolução de valores e, Aplicar ao Sr. PAULO LIBERTE JASPER, Prefeito à época, C.P.F. nº. 230.308.447-49, as multas de R\$ 1.000,00 (um mil reais) pela instauração da Tomada de Contas e, de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) pela infração a norma legal, a serem recolhidas na forma do disposto na Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº 17.492/2008-TCE, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa imputada, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº 48.219

Processo nº 2009/52058-2

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº 016/2008 celebrado entre o INSTITUTO PARA FORMAÇÃO POLÍTICA, SINDICAL, AMBIENTAL E PROFISSIONAL DA AMAZÔNIA e a ASIPAG.

Responsável: Sr. SULIVAN FERREIRA SANTA BRÍGIDA – Presidente.

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Senhor Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, c/c art. 74, inciso VIII da Lei complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$61.000,00 (sessenta e um mil reais), e aplicar ao Sr. SULIVAN FERREIRA SANTA BRÍGIDA, Presidente, CPF nº. 142.057.692-53, a multa de R\$300,00 (trezentos reais) pela instauração da tomada de contas, a ser recolhida na forma como dispõe a Lei Estadual nº. 7086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº. 17.492/2008, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa imputada, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 48.220

Processo nº. 2009/52079-7

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº 019/2008 firmado entre o CLUBES DOS OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ e a ASIPAG.

Responsável: Sr. SANDOVAL CARDOZO DA SILVA - Presidente.

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos art. 38, inciso III, c/c os arts. 73 e 74, inc. VIII da Lei Complementar nº. 12 de 9 de fevereiro de 1993, o que segue:

I - Julgar irregulares as contas e condenar o Sr. SANDOVAL CARDOZO DA SILVA, Presidente, CPF nº. 080.982.632-15, ao pagamento da quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), atualizada a partir de 15/05/2008, e acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento;

II – Aplicar as multas de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), pelo dano causado ao erário e R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) pela instauração da Tomada de contas, a serem recolhidas na forma como dispõe a Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº 17.492/2008-TCE.

Os valores correspondentes ao débito e as multas deverão ser recolhidos no prazo de 30(trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa, decorrente da multa imputada, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3ª da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº 48.222

Processo nº. 2010/50446-0

Assunto: Recurso de Reconsideração.

Recorrente: Sr. JOSÉ MARIA GOMES DE ARAÚJO, Prefeito do MUNICÍPIO DE SALVATERRA.

Decisão Recorrida: Acórdão 46.641 de 19/01/2010.

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no Art. 53, inciso I da Lei Complementar nº 12, de 09 de fevereiro de 1993, conhecer do Recurso, negando-lhe provimento a fim de manter a decisão recorrida em todos os seus termos.

ACÓRDÃO Nº. 48.223

Processo nº. 2005/53490-5

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº. 168/2002 e Termos Aditivos, firmados entre a SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS e a SEDUC.

Responsáveis: Srs. OLÍMPIO YUGO OHNISHI (período de 01.07 a 07.08.2002); JOÃO MESSIAS DOS SANTOS FILHO (período de 08.08 a 31.12.2002); JOAQUIM PASSARINHO PINTO DE SOUZA PORTO (período de 01.01.2003 a 12.02.2004) e SAHID XERFAN (período de 13.02.2004 a 31.03.2005) – Secretários à época.

Relator: Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, c/c o art. 74, incisos II e VIII, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, o que segue:

I- Julgar regulares as contas no valor de R\$ 3.128.997,37 (três milhões, cento e vinte oito mil, novecentos e noventa e sete reais e trinta e sete centavos), e dar quitação aos responsáveis;
 II- Aplicar ao Sr. SAHID XERFAN – Secretário à época da SEOP, (C.P.F nº 003.710.252-49), a multa no valor de R\$ 100,00 (cem reais), pela intempestividade na apresentação da prestação de contas; e,
 III- Aplicar as Sras. MARIA ISABEL CASTRO AMAZONAS, (C.P.F nº 430.720.202-30), e ROSA MARIA CHAVES DA CUNHA, (C.P.F nº 049.538.602-25), – Secretárias à época da SEDUC, respectivamente, a multa no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), pela infração a norma legal.

As multas aplicadas deverão ser recolhidas na forma do disposto na Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº. 17.492/2008/TCE, no prazo de trinta (30) dias da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Esta decisão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa, decorrentes das multas imputadas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 48.224

Processo nº. 2010/50515-6

Assunto: Recurso de Reconsideração.

Recorrente: Sr. CARLOS EDILSON DE ALMEIDA MANESCHY – Diretor Executivo à época da FADESP.

Decisão Recorrida: ACÓRDÃO Nº. 46.733 de 9/2/2010.

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente nos termos do voto do Exmº Senhor Conselheiro Relator com fundamento no art. 53, inciso